Instrumentos de Enquadramento das Conclusões da Avaliação

- Avaliação do impacto de género
- **Análise custo-benefício**
- *Benchmarking* (Avaliação comparativa de desempenho)
- Análise custo-eficácia
- Avaliação do impacto económico
- Avaliação de impacte ambiental
- Avaliação ambiental estratégica
- Análise multicritério
- Painéis de peritos

Análise Custo-Benefício

- Descrição da técnica
- O objectivo da técnica
- Circunstâncias em que se aplica
- Os principais passos da sua implementação
- Pontos fortes e limitações da abordagem
- Bibliografia
- Palavras-chave

Descrição da técnica

A análise custo-benefício (ACB) consiste num método para avaliar o impacto económico líquido de um projecto público. Uma aplicação corrente da análise respeita a projectos desta tipologia, mas em princípio, a mesma metodologia pode aplicar-se a uma diversidade de intervenções, como por exemplo, subsídios para projectos privados, reformas regulamentares, novas taxas de tributação, etc. O objectivo da ACB consiste em determinar se um projecto é viável do ponto de vista do bem-estar social, através da soma algébrica dos seus custos e benefícios, descontados ao longo do tempo.

A técnica em causa trata de:

1. prever os efeitos económicos de um projecto;
2. quantificar esses efeitos;.
3. transformá-los em unidades monetárias (sempre que possível);
4. calcular a sua rentabilidade económica, por via de um indicador preciso, que permita formular uma opinião concreta em relação ao desempenho esperado do projecto.

O objectivo da técnica

A justificação para se investir em dado projecto deve ser equacionada de acordo com a sua viabilidade e desempenho económico.

A análise custo-benefício geralmente acompanha um estudo de viabilidade (técnico, financeiro, legislativo, organizacional) do próprio projecto e constitui a sua síntese final.

A principal vantagem da ACB em comparação a outras técnicas contabilísticas de avaliação tradicionais consiste no facto dos efeitos externos e das distorções nos preços observadas serem igualmente considerados. Desta forma, as imperfeições do mercado são explicitamente tidas em conta, o que não acontece na contabilidade empresarial nem, por norma, nos sistemas contabilísticos nacionais.

Circunstâncias em que se aplica

As origens da ACB remontam a França (século XIX), difundindo-se mais tarde para o Reino Unido e Estados Unidos da América, especialmente aplicada nos sectores dos transportes e da engenharia hidráulica. O uso sistemático da análise custo-benefício foi desenvolvido por organizações internacionais, tendo vindo a desempenhar um papel importante na avaliação de projectos infraestruturais de grande envergadura, particularmente os que são co-financiados pelo FEDER, o Fundo de Coesão e o ISPA (Instrumento Estrutural de Pré-Adesão), e constitui um requisito fundamental para o co-financiamento comunitário consagrado nos regulamentos da UE.

Em termos gerais, a análise custo-benefício utiliza-se na avaliação *ex-ante* durante a selecção de projectos para financiamento. Pode igualmente ser aplicada *ex-post* para avaliar o impacto de uma intervenção. É normalmente utilizada quando os efeitos de uma intervenção vão para além dos efeitos financeiros lineares de um investidor privado. Aplica-se sobretudo, tal como referido, a projectos infraestruturais de grande envergadura, particularmente nos sectores dos transportes e do ambiente, onde é mais fácil quantificar e converter em unidades monetárias os efeitos não mercantis. A ACB também se aplica na avaliação de projectos nos sectores da saúde, educação e intervenções no património cultural.

A ACB não é normalmente utilizada para avaliar programas e políticas embora possa em princípio ser aplicada para estudar os efeitos de alterações efectuadas em parâmetros de referência para intervenções e definição de políticas (por exemplo, tarifas alfandegárias, limiares de poluição, etc.).

Os principais passos da sua implementação

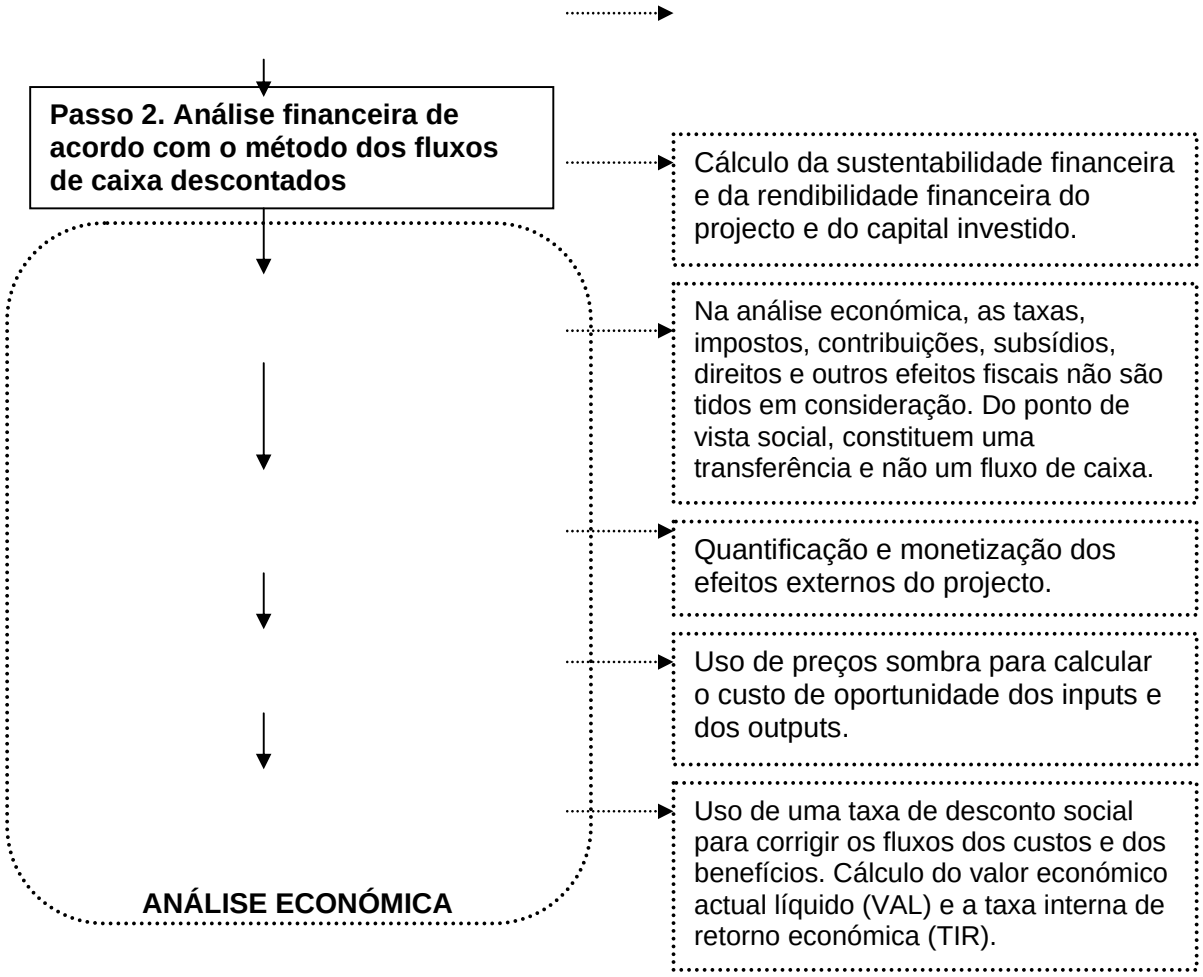
A análise custo-benefício é essencialmente constituída por três partes:

- uma componente de engenharia técnica em que se identificam o contexto e as características técnicas do projecto;
- uma análise financeira que representa o ponto de partida para a ACB e que conduz a análise do ponto de vista do investidor privado;
- uma análise económica - núcleo central da ACB - que, partindo da análise financeira que identifica os itens de receita e de despesa e os preços de mercado relativos, aplica uma série de correcções que permite passar do ponto de vista do investidor privado para o do operador público.

Caixa: Passos na realização de uma análise custo-benefício

Passo 1. Identificação do projecto, análises técnicas e de procura

Quais são as características técnicas do projecto? Qual a potencial procura a que o projecto pretende dar resposta?



Passo 1. Identificação do projecto, análises técnicas e de procura

O primeiro passo serve para situar o projecto no seu contexto de implementação.

Será naturalmente necessário identificar o objecto da avaliação, a unidade de análise a que a análise custo-benefício será aplicada. Torna-se particularmente importante quando se está a analisar grupos de projectos ou fases de um projecto de grande escala que têm a sua própria autonomia em termos de planeamento.

Identificar um projecto também significa definir claramente quais os objectivos socioeconómicos que este visa alcançar.

Realiza-se a análise técnica para que se possa garantir a viabilidade do projecto de um ponto de vista técnico. Implica ter em consideração aspectos relacionados com engenharia, gestão, localização, marketing e organização. O projecto proposto terá de provar que é o melhor entre as várias possíveis alternativas.

É necessário considerar pelo menos três alternativas para cada projecto:

- a alternativa de “não se fazer nada”;
- a alternativa de se fazer “o mínimo”;
- a alternativa de se fazer “alguma coisa”.

Passo 2. Análise financeira

A análise financeira constitui o ponto de partida para a análise económica subsequente. Proporciona todos os dados necessários em termos de *inputs*, *outputs*, os seus preços relativos e como estes se distribuem previsivelmente ao longo do tempo. Serve para:

- construir as tabelas de dados para a análise dos fluxos de caixa (selecção das rubricas de custos e receitas mais importantes);
- avaliar a viabilidade financeira (análise de sustentabilidade);
- avaliar os benefícios financeiros ao calcular a rendibilidade do ponto de vista do investidor privado (retorno financeiro do projecto e do capital).

Verificar a viabilidade financeira do projecto é um passo essencial, embora não seja necessário determinar a “conveniência” financeira do projecto. Pelo contrário, se um projecto se revelar extremamente conveniente para um investidor privado, existe então menos necessidade de decidir em relação à conveniência de financiamento público. A análise financeira é realizada com base no método de fluxos de caixa descontados. A escolha da taxa de desconto é crucial para a avaliação dos custos ponderados em relação aos benefícios durante um período de tempo alargado. A taxa de desconto é a taxa de acordo com a qual os benefícios obtidos num determinado período no futuro têm de ser ajustados para que possam ser comparados com os valores no presente. Este método considera apenas as receitas e despesas monetárias reais do projecto e não inclui princípios contabilísticos como as depreciações, reservas, etc.

As receitas e as despesas monetárias são registadas no momento em que efectivamente ocorrem, sendo por isso necessário definir um limite temporal que seja coerente com o ciclo de vida do projecto. Será necessário estimar não só as receitas e as despesas, mas também como serão distribuídas durante o horizonte temporal previsto.

No último ano do horizonte temporal, um valor residual adequado deve ser calculado enquanto percentagem dos custos de investimento. Representará os potenciais fluxos de receita que o projecto será capaz de gerar mesmo para além do limite temporal considerado. Pode ser incluído no valor de liquidação do projecto.

A análise financeira é desenvolvida por via de três tabelas, que apresentam uma síntese dos dados essenciais, e por três tabelas destinadas a calcular os indicadores mais importantes. As primeiras três tabelas são as seguintes:

- tabela dos custos de investimento e valor residual: inclui o valor dos activos imobilizados (terrenos, edifícios, manutenção extraordinária), despesas de pré-produção (licenças, patentes, etc.), variações no fundo de maneio, clientes, stocks, passivo a curto prazo) e valor residual, que aparece como uma entrada positiva única no último ano do horizonte temporal;

- tabela dos custos operacionais e receitas: inclui todos os custos operacionais (matérias-primas, mão-de-obra, electricidade, manutenção) e eventuais rubricas de receita (tarifárias e não tarifárias);
- tabela das fontes de financiamento: inclui participações privadas, todas as contribuições públicas (a nível local, nacional, europeu), empréstimos e outras fontes de financiamento.

As três tabelas de síntese da análise financeira usadas no cálculo dos indicadores são as seguintes:

- a tabela de sustentabilidade financeira: inclui todas as rubricas das três tabelas iniciais. Ao calcular o balanço entre as receitas e as despesas, obtém-se um cálculo da liquidez gerada acumulada (a soma algébrica entre o balanço do ano considerado e a liquidez acumulada até ao ano anterior; ver a *Caixa: Cálculo da liquidez gerada acumulada*). A sustentabilidade financeira está garantida se a liquidez gerada acumulada for positiva ou for, pelo menos, igual a zero para todos os anos considerados. Caso contrário, se a liquidez gerada acumulada for negativa, nem que seja apenas num só ano, o projecto deverá ser reconsiderado do ponto de vista financeiro e será necessário modificar a estrutura do projecto para que este possa ser avaliado.

Caixa: Cálculo da liquidez gerada acumulada

A descrição que se segue realça, em temos simplistas, como os custos de uma intervenção são equacionados com as receitas ao longo de um determinado período de tempo (anos). Chama-se atenção para o facto de esta operação se centrar apenas na vertente financeira de uma intervenção.

Para calcular a liquidez gerada acumulada, começa-se com a sequência do balanço entre receitas e despesas:

Anos	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**
Receitas	10	12	12	12	12	15	12	12	12	20
Despesas	9	11	12	10	10	18	11	11	11	15
Balanço	1	1	0	2	2	3	1	1	1	5

A liquidez gerada acumulada obtém-se através de uma soma algébrica entre o balanço do ano corrente e a liquidez do ano anterior. A liquidez gerada acumulada para o ano n é calculada na equação Sn+Cn-1 (onde Sn é o remanescente do ano n e Cn-1 a liquidez gerada no ano n-1).

Liquidez gerada acumulada:

Anos	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**
Liquidez Gerada Acumulada.	1	2	2	4	6	3	4	5	6	11

Conclusão: o projecto é financeiramente sustentável

A tabela usada para calcular a rendibilidade/o retorno (return) do projecto consiste numa composição da primeira e segunda das tabelas iniciais. As despesas englobam todos os investimentos e custos operacionais, e as receitas incluem eventuais rendimentos mais o valor residual. Ao calcular os balanços, descontados a uma taxa adequada, é possível definir um valor actual líquido e uma taxa interna de rendibilidade (ver a Caixa: *Cálculo do valor actual liquido* - VAL e a Caixa: *Cálculo da taxa interna de rendibilidade -TIR).*

A tabela usada para calcular a rendibilidade do capital consiste numa composição da primeira e terceira das tabelas iniciais.

Caixa: Cálculo do valor actual líquido - VAL

Esta caixa apresenta uma aplicação da análise custo-benefício baseada em balanços descontados considerados

adequados entre receitas e despesas. Mais uma vez, esta avaliação tem em conta apenas os benefícios e custos monetários. O valor actual líquido (VAL) é o balanço descontado entre receitas e despesas monetárias.

NPV (S)= $\sum_{t=0}^{n} a_t S_t = \frac{S_0}{(1+i)^0} + \frac{S_1}{(1+i)^1} + ... + \frac{S_n}{(1+i)^n}$

Para que se possa calcular, é necessário ter uma sequência de balanços e uma taxa de desconto adequada (que mede a preferência inter-temporal de indivíduos e permite que se possam somar os balanços de diferentes períodos). O coeficiente de desconto tem de ser calculado com base na taxa de desconto financeira $(1+i)^n$.

Anos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Receitas	0	5	12	12	12	15	12	12	12	20
Despesas	9	11	12	10	10	18	11	11	11	15
Balanço	-9	-6	0	2	2	-3	1	1	1	5
Taxa de desconto	5%									
Coef. de desconto	0.952	0.907	0.863	0.822	0.783	0.746	0.710	0.676	0.644	0.613

VAL = 0.952*-9+ 0.907*-6+ 0.863*0+0.822*2+0.783*2+ 0.746*-3+0.710*1+ 0.676*1+0.644*1+ 0.613*5= -8.568-5.442+0+1.644+1.566-2.238+0.710+0.676+0.644+3.065=-7.943

Nota: para calcular o VAL em Excel, basta aplicar a função relativa, isto é, '=NPV(balance; i)'

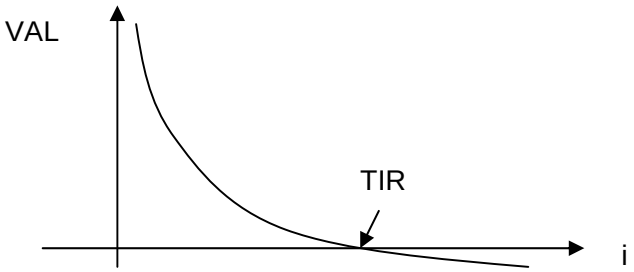
O VALOR ACTUAL LÍQUIDO DO PROJECTO É –7,943. Isto significa que o valor descontado dos rendimentos do projecto é inferior ao valor descontado das despesas (revelando que o projecto irá funcionar com perdas).

Caixa: Cálculo da taxa interna de rendibilidade - TIR

A taxa interna de rendibilidade (TIR) é o valor i para o qual o valor actual líquido é igual a zero.
Isto é, o valor da TIR é obtido ao resolver a seguinte equação:

$$\sum_{t=0}^{n} a_t S_t = \frac{S_0}{(1+IRR)^0} + \frac{S_1}{(1+IRR)^1} + ... + \frac{S_n}{(1+IRR)^n} = 0$$

Graficamente:



A taxa interna de rendibilidade também pode ser directamente calculada em Excel com a função automática '=IRR(saldo)'.

Neste caso, a taxa de rendibilidade é de –7%.

O PROJECTO NÃO É FINANCEIRAMENTE RENTÁVEL.

Passo 3. Correcção dos efeitos fiscais

Na análise financeira realizada do ponto de vista do investidor privado, incluem-se alguns itens, como por exemplo, impostos sobre os lucros, que não representam um benefício social nem um custo, mas uma transferência de um grupo social para outro. Encontram-se outros exemplos de efeitos fiscais no caso de subsídios, nas contribuições sociais consideradas nos custos com a mão-de-obra e os efeitos dos impostos sobre os preços dos inputs e outputs. Neste passo, realizam-se dois tipos de correcção:

- todos os itens fiscais (impostos, subsídios) são eliminados;
- os preços de mercado são modificados sempre que reflictam efeitos de ordem fiscal, como por exemplo, direitos, IVA e outros impostos indirectos (este tipo de correcção é semelhante ao procedimento descrito no Passo 5).

Passo 4. Cálculo das externalidades positivas e negativas

Ao avaliar a "conveniência", o operador público tem também em consideração as externalidades geradas pelo projecto. As externalidades consistem em custos ou benefícios sociais que se manifestam para além do domínio do projecto e influenciam o bem-estar de partes terceiras sem qualquer compensação monetária. Enquanto tal, não são captadas por mecanismos de mercado e não são convertidas em unidades monetárias, já que os seus efeitos são transmitidos através de variáveis reais que influenciam o bem-estar dos indivíduos e não através de mecanismos de preço. Estes efeitos, que exercem influência sobre o bem-estar do grupo social considerado, têm de ser quantificados e depois convertidos em unidades monetárias para que se possam incluir na análise enquanto item efectivo de input ou output.

Os efeitos externos gerados pelo projecto são em muitos casos difíceis de quantificar. Depois de os quantificar em termos físicos, é necessário atribuir um valor monetário ao benefício quantificado; esta operação requer um grande número de aproximações e recurso a algumas práticas correntes consolidadas a nível internacional. Este é o caso, por exemplo, dos cálculos relacionados com o "valor" do tempo ou de vidas humanas. Nestes casos, procura-se reconstruir artificialmente um mecanismo de mercado capaz de medir as preferências dos indivíduos através do método de preferências declaradas (o método da disponibilidade para pagar) ou o método de preferências reveladas (o valor é estimado ao calcular a poupança nos gastos, tais como no domínio da saúde, ou o preço de bens ou serviços equivalentes). É importante referir que, para que se possa obter um entendimento mais abrangente das implicações de um projecto ou programa, os impactos sociais, ambientais e de género também têm de ser avaliados. De modo a determinar esses impactos, podem realizar-se avaliações de impacte ambiental e avaliações de impacto de género.

Passo 5. De preços de mercado a preços sombra

Realiza-se a última correcção através do cálculo de factores de conversão apropriados que, multiplicados pelo preço de mercado, estimam o valor dos preços sombra. Esta correcção é necessária dado que os mercados são imperfeitos e os preços de mercado nem sempre reflectem o custo de oportunidade de um bem. Se os preços são distorcidos, não constituem um indicador de bem-estar adequado.

De modo a corrigir os preços de mercado dos inputs e outputs, usam-se os seguintes elementos:

- o custo marginal, para bens não comercializados, como terrenos, serviços locais de transporte, etc.;
- o preço "à saída do país", para bens comercializáveis;
- o factor de conversão convencional para pequenos bens não comercializáveis (ver a Caixa: *Factores de conversão convencionais*).

Caixa: Factores de conversão convencionais

O factor de conversão convencional é uma aproximação usada para converter os preços de pequenos bens não comercializáveis em preços "à saída do país" (para bens de maior dimensão, utilizam-se factores de conversão específicos). Define-se o factor de conversão convencional como: SCF= (M+X)/(M+Tm)+(X-Tx), onde M são as importações totais, X as exportações totais, Tm os impostos sobre as importações e Tx os impostos sobre as exportações.

No que diz respeito a salários, os dois métodos alternativos de calcular o factor de conversão são os seguintes:

- usar um factor de conversão inferior a um se houver um elevado nível de desemprego (ao reduzir os custos da mão-de-obra, o valor económico líquido do projecto aumenta em comparação com a análise financeira);
- calcular um multiplicador de rendimento que capte o valor externo positivo da criação de empregos.

Dado que o preço de referência na análise económica é o custo de oportunidade (i.e., o melhor uso alternativo de um determinado recurso), é claro que se houver um elevado nível de desemprego (como é sobretudo o caso em projectos para o desenvolvimento), o factor de conversão será inferior a um (o uso alternativo do recurso laboral seria o desemprego). Se o contrário for verdade, o factor de conversão é superior a um, o que significa que em toda a probabilidade o projecto desvia os recursos laborais para actividades mais produtivas.

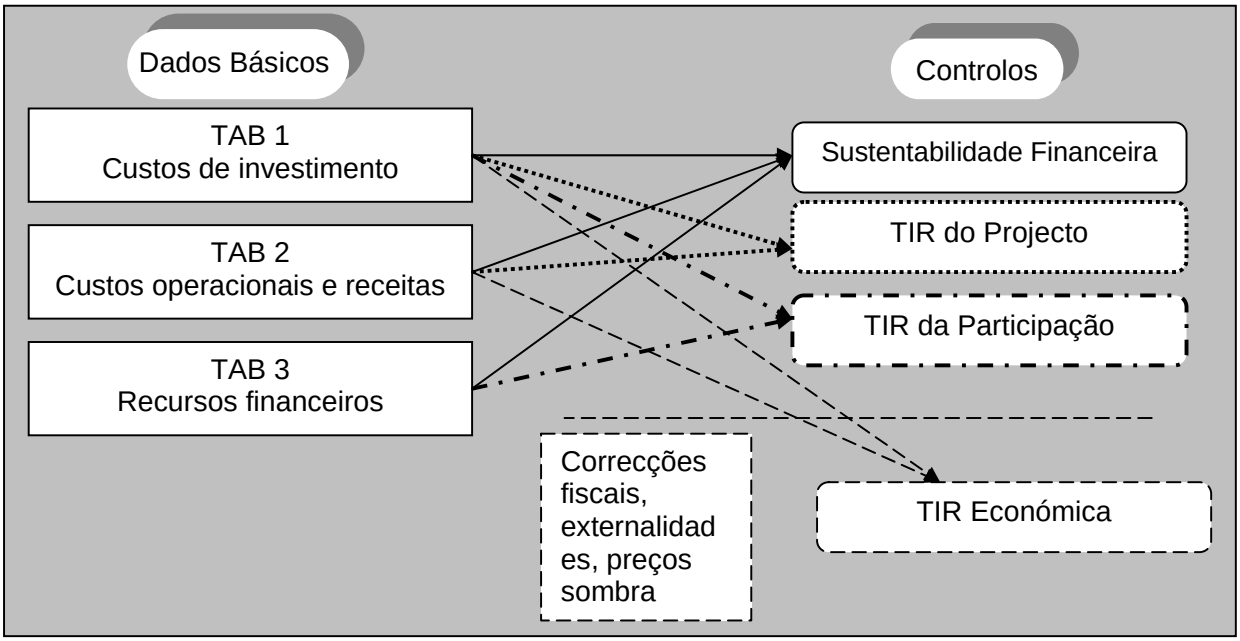
Passo 6. Cálculo da rendibilidade económica do projecto

Tendo procedido às três correcções, obtemos uma tabela da análise económica que combina os itens contidos na primeira e segunda tabelas iniciais devidamente corrigidas em termos de efeitos fiscais, a introdução de efeitos externos e a correcção de preços com coeficientes de desconto. Para medir a conveniência económica, após o desconto temporal com uma taxa de desconto social (geralmente diferente da financeira), é agora necessário calcular o valor actual líquido e a taxa interna de rendibilidade, seguindo a mesma metodologia usada na análise financeira (ver as Caixas acima: *Cálculo do valor actual liquido VAL* e *Cálculo da taxa interna de rendibilidade – TIR)*.

Espera-se que a taxa interna de rendibilidade económica seja superior à taxa de rendibilidade financeira. Se não for esse o caso, o projecto será mais conveniente para um investidor privado do que para um operador público (a não ser que existam benefícios sociais consideráveis que não são quantificáveis monetariamente).

Caixa *Dados básicos para a realização de análises financeiras e económicas*

Caixa: Dados básicos para a realização de análises financeiras e económicas



Pontos fortes e limitações da abordagem

Pontos fortes

A análise custo-benefício:

- permite expressar um juízo sobre a conveniência económico-social de um projecto;
- permite estabelecer um "ranking" entre diferentes projectos;
- incentiva a prática de tentar identificar os custos e benefícios económicos, mesmo que estes não sejam imediatamente convertíveis em unidades monetárias.

Limitações

A análise custo-benefício:

- não tem em linha de conta os efeitos redistributivos (para este fim, pode usar-se a análise multicritério);
- não tem em linha de conta os efeitos do retorno económico de custos ou benefícios não transformáveis em unidades monetárias;
- por vezes, faz uso de critérios discricionários para quantificar custos e benefícios para os quais não existe um mercado.

Por todas estas razões, a análise custo-benefício é uma ferramenta útil na avaliação e selecção de projectos, mas requer rigor e coerência metodológica na sua aplicação.

Bibliografia

- Belli, P., Anderson, J. R., Barnum, H.N, Dixon, J. A., Tan, J-P, 2001, Economic Analysis of Investment Operations. Analytical Tools and Practical Applications, WBI, World Bank, Washington D.C.,
- Brent, R.J., 1996, Applied cost-benefit analysis, Cheltenham (UK), Edward Elgar.
- Dinwiddy C., Teal F., Principles of cost-benefits analysis for developing countries, Cambridge University Press, 1996.
- Economic Development Institute, 1996, The economic evaluation of projects, World Bank, Washington DC.
- G. Gauthier, M. Thibault, 1993, L'analyse cotés-avantages, défis et controverses, HECCETAI, Economica.
- Evaluation Unit, DG Regional Policy, European Commission, Guide to cost-benefit analysis of investment projects (Structural Fund-ERDF, Cohesion Fund and ISPA), 2002.
- Florio, M. and Vignette, S. Cost benefit analysis of infrastructure projects in enlarged EU: an incentive-oriented approach, paper presented ad the Fifth European Conference on Evaluation of the Structural Funds, "Challenges for Evaluation in an Enlarged Europe", Budapest 26/27 June 2003
- Jorge, J. and de Rus, G. Cost benefit analysis of Investments in Airport Infrastructure: A Practical Approach, paper presented ad the Fifth European Conference on Evaluation of the Structural Funds, "Challenges for Evaluation in an Enlarged Europe", Budapest 26/27 June 2003
- Kirkpatrick, C., Weiss, J., 1996, Cost-benefit Analysis and Project Appraisal in Developing Countries, Elgar, Cheltenham.
- Kohli, K.N., 1993, Economic analysis of investment projects: A practical approach, Oxford, Oxford University Press for the Asian Development Bank.
- Layard R., Glaister S. (eds), 1994, Cost-benefit Analysis, 2nd edition, Cambridge University Press.
- Saerbeck R., 1990, Economic appraisal of projects. Guidelines for a simplified cost-benefit analysis, EIB Paper no. 15, European Investment Bank, Luxembourg.
- Shofield J.A., 1989, Cost-benefit analysis in urban and regional planning, Allen & Unwin, London.

Palavras-chave

- Análise custo-benefício
- Desconto
- Análise económica
- Análise financeira
- Bens comercializáveis
- Bens não comercializáveis
- Custos e benefícios socioeconómicos

- Custo de oportunidade
- Disponibilidade para pagar
- Distorção
- Externalidades
- Factor de conversão
- Preço ”à saída do país” (Border price)
- Preço sombra
- Taxa de Rendibilidade Económica (TRE)
- Taxa interna de rendibilidade
- Taxa de desconto
- Valor Actual Líquido (VAL)
- Valor residual
- Alternativas “Não Fazer nada” / Fazer “o mínimo” / Fazer ”algo”

Análise custo-benefício: uma abordagem teórica aplicada a cada avaliação quantitativa sistemática de um projecto público ou privado, para determinar se, e em que medida, o projecto é conveniente do ponto de vista público ou social.

Desconto: Em termos simplistas, a taxa de desconto é uma percentagem usada para descontar o futuro valor monetário. Usa-se para projectar os custos no futuro, mas com preços actuais em termos de valor monetário.

Análise económica: uma análise realizada com valores económicos que expressam o valor que a sociedade está disposta a pagar por um bem ou serviço. Em termos gerais, a análise económica avalia os bens ou serviços ao seu valor de utilização ou ao seu custo de oportunidade para a sociedade (em muitos casos, um preço “à saída do país” para bens comercializáveis). Tem o mesmo significado que análise custo-benefício.

Análise financeira: permite uma previsão precisa em relação aos recursos que darão cobertura às despesas. Em particular, permite: 1) verificar e garantir equilíbrios de liquidez (verificação da sustentabilidade financeira); 2) calcular índices do retorno financeiro do investimento no projecto com base em fluxos de caixa líquidos descontados ao longo do tempo, que dizem respeito exclusivamente à unidade económica que implementa o projecto (empresa, órgão de gestão).

Bens comercializáveis: bens que possam ser comercializados internacionalmente na ausência de quaisquer políticas comerciais restritivas.

Bens não comercializáveis: bens que não podem ser importados ou exportados, por exemplo, serviços locais, mão-de-obra não especializada e terrenos. Na análise económica, os bens não comercializáveis são avaliados ao valor do seu retorno marginal se forem bens ou serviços intermédios, ou de acordo com o critério da disponibilidade para pagar se forem bens ou serviços finais.

Custos e benefícios socioeconómicos: custos ou benefícios de oportunidade para a economia como um todo. Podem variar dos custos privados na mesma medida que os custos efectivos variam dos preços sombra (custo social = custo privado + custo externo).

Custo de oportunidade: o valor de um recurso na sua melhor utilização alternativa. Para a análise financeira, o custo de oportunidade de um input adquirido é sempre o seu valor de mercado. Numa análise económica, o custo de oportunidade de um input adquirido é o valor do seu retorno marginal na sua melhor utilização alternativa em bens ou serviços intermédios, ou o seu valor de utilização (medido pela disponibilidade para pagar) em bens ou serviços finais.

Disponibilidade para pagar: o montante que os consumidores estão dispostos a pagar por um bem ou serviço. Se a disponibilidade de um consumidor em pagar o valor de um bem exceder o seu preço, então o consumidor usufrui de uma renda económica (excedente de consumo).

Distorção: condição em que o preço efectivo de mercado de um bem difere do preço eficiente que teria na ausência de falhas de mercado ou políticas públicas. Isto gera uma diferença entre o custo de oportunidade de um bem e o seu custo efectivo, por exemplo, num regime de monopólio, onde existem externalidades, impostos indirectos, direitos, tarifas, etc.

Externalidades: efeitos de um projecto que vão para além deste e, consequentemente, não são incluídos na análise financeira. Em termos gerais, uma externalidade existe quando a produção ou o consumo de um bem ou serviço por uma unidade económica tem efeitos directos sobre o bem-estar dos produtores ou consumidores noutra unidade, sem compensação. As externalidades podem ser positivas ou negativas.

Factor de conversão: um número que pode ser multiplicado pelo preço de mercado nacional ou valor de utilização de um bem não comercializável para o converter num preço sombra.

Preço "à saída do país" (Border price): o preço unitário para um bem comercializável na fronteira do país. Para as exportações, este é o preço FOB (*free on board* / franco a bordo), e para as importações, é o preço CIF (*cost, insurance and freight* / custo, seguro e frete).

Preço sombra: o custo de oportunidade de bens, normalmente diferente do preço de mercado actual e das tarifas reguladas. Deve ser usado na análise de um projecto para melhor reflectir os custos reais dos inputs e os benefícios reais dos outputs para a sociedade. É muitas vezes usado como sinónimo de preços contabilísticos.

Taxa de Rendibilidade Económica (TRE): índice da rendibilidade socioeconómica de um projecto. Poderá ser diferente da taxa de rendibilidade financeira (TRF) devido a distorções nos preços. A taxa de retorno económica implica o uso de preços sombra e o cálculo de uma taxa de desconto através da qual os benefícios do projecto são iguais aos custos actuais, i.e., o valor actual líquido é igual a zero.

Taxa interna de rendibilidade (TIR): a taxa de desconto de acordo com a qual uma sequência de custos e benefícios têm um valor actual líquido de zero. Fala-se de taxa interna de rendibilidade financeira (TIRF) quando os valores são estimados a preços actuais, e de taxa interna de rendibilidade económica (TIRE) quando os valores são estimados a preços sombra. A taxa interna de rendibilidade é como um valor de referência para avaliar os resultados do projecto proposto.

Taxa de desconto: a taxa de acordo com a qual os valores futuros são descontados. As taxas de desconto financeira e económica poderão ser diferentes, da mesma forma que os preços de mercado poderão ser diferentes dos preços sombra.

Valor Actual Líquido (VAL): o valor monetário descontado dos benefícios líquidos esperados de um projecto. O valor actual líquido económico (VALE) é diferente do valor actual líquido financeiro (VALF). Constitui a medida usada frequentemente para determinar se um programa / projecto é justificável com base em princípios económicos. Para calcular o VAL, valores

monetários são atribuídos aos benefícios e custos, descontando futuros benefícios e custos usando uma taxa de desconto adequada e subtraindo o total dos custos descontados do total dos benefícios descontados. O VAL baseia-se no princípio que os benefícios acumulados no futuro têm menos valor que o mesmo nível de benefícios que se acumulam no presente. Se o VAL for positivo, o retorno financeiro do projecto será então economicamente aceitável. Se o VAL for negativo, o projecto não então aceitável em termos puramente económicos.

Valor residual: o valor actual líquido dos activos e passivos no último ano do período seleccionado para avaliação.

Alternativas "Não Fazer nada" / Fazer "o mínimo" / Fazer "algo": se for aplicada ex-ante, uma análise custo-benefício de um projecto ou intervenção pode permitir aos decisores políticos determinar a viabilidade do trabalho planeado de um ponto de vista técnico. Em consequência desta avaliação, será possível decidir se a intervenção é necessária. Os três cenários acima referidos serão o resultado da análise custo-benefício ex-ante. Assim, a decisão será fazer nada (nenhuma intervenção / projecto), intervir o menos possível, ou proceder com a intervenção / o projecto proposto. A opção do fazer nada é raramente a solução pela qual se opta.